

NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA

*Heloisa de Faria Cruz**
*Maria do Rosário da Cunha Peixoto***

Resumo

O artigo problematiza usos correntes que historiadores fazem da imprensa como fonte de pesquisa e propõe avançar na discussão de um repertório de procedimentos teórico-metodológicos para o seu tratamento. Entendendo a imprensa como força social ativa propõe a reflexão sobre sua historicidade a cada conjuntura estudada. Sugere um roteiro e procedimentos metodológicos que busquem articular a análise de qualquer jornal ou material da imprensa periódica que se estude ao campo de lutas sociais no interior do quais se constituem e atuam.

Palavras-chave

Imprensa e história; Imprensa como fonte; imprensa e linguagem; História da Imprensa

Abstract

This article raises questions about the current uses of the press as a source of research by historians and aims to advance the discussion about theoretical and methodological procedures in its treatment. Looking at the press as an active social force suggests a careful analysis of its historical nature in each frame of study. The article suggests some methodological procedures as a way to bind the analysis of any newspaper or others publishing materials at study to the field of social struggle within which it is build up and acts.

Keywords

Press and History; Press as a historical source; Press and language; Newspaper History

A importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Sistemas de satélites e cabos, novas tecnologias e redes de informação, a comunicação sem fio e digital, televisão aberta e a cabo, rádio, computador, celular, jornais, revistas, sites blogs, emails, chats, torpedos, sinalizam o grande emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que invadem nosso cotidiano configurando as redes de comunicação e informação que se organizam na atualidade e que se impõem para a reflexão nas diferentes áreas de pesquisa e ensino.

Particularmente em relação à imprensa, é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades. Nas diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. Nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa transforma-se, de forma crescente, em suporte didático-pedagógico na sala de aula. Professores de português e literatura buscam em textos da imprensa um espaço para aprendizagem de uma norma escrita mais viva e atual do que a dos clássicos; na geografia busca-se uma compreensão do espaço mundial globalizado mais atualizada, nas ciências sociais os temas do tempo presente.

Também na área da História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa hoje está cada vez mais generalizada. E, sem dúvida, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.

Tais deslocamentos em relação às perspectivas teórico-metodológicas, – ao ampliar o universo das fontes históricas, e ao colocar a habilidade em lidar criticamente com as mesmas no centro da formação do professor/pesquisador de história, – vêm ganhando terreno e, para além de penetrarem nas discussões mais acadêmicas nos cursos de graduação e pós-graduação, tornam-se visíveis inclusive nos parâmetros e diretrizes curriculares para o ensino básico.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, propostos pelo MEC em 1998, indicam que:

“Metodologias diversas foram sendo introduzidas, redefinindo o papel da documentação. A objetividade do documento – aquele que fala por si mesmo – se contrapôs sua subjetividade – produto construído e pertencente a uma determinada história. Os docu-

mentos deixaram de ser considerados apenas o alicerce da construção histórica, sendo eles mesmos entendidos como parte dessa construção em todos seus momentos e articulações. Passou a existir a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas. Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas - e também do presente. Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam¹⁷.

Assim também, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação de História, ao discutir as transformações da área e seus desdobramentos para o ensino na graduação, propõe a manutenção da especificidade da área, cuja definição se daria:

“pela forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época”¹⁸

Embora ainda permeados por termos tais como *transposição do conhecimento*, *competências e habilidades* que denotam uma compreensão ainda bastante hierarquizada da relação entre o saber histórico e o ensino, tais parâmetros e diretrizes avançam significativamente nas proposições sobre fontes históricas e sobre a formação do historiador.

Assim, é neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente a imprensa como documento de pesquisa e material didático para o ensino. Nesse período, a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial - tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história.

A questão é: se temos avançado na diversificação dos materiais com os quais trabalhamos, e neste movimento temos incorporado fortemente a imprensa em nossas pesquisas e atividades de ensino, parece que temos avançado pouco naquela outra dimensão de que falam os parâmetros e diretrizes, ou seja, na formação específica que prepare os

profissionais da área para o trabalho de crítica histórica desses materiais. A dificuldade maior parece ser a de que, com relação à imprensa, diferentemente de outros materiais tais como depoimentos orais e a fotografia, temos conversado pouco sobre procedimentos teórico-metodológicos.

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo, têm contribuído para naturalizar certas formas de uso. Quando estes materiais são utilizados como fontes em nossas atividades de pesquisa e ensino, na maioria das vezes, a sensação que fica é a de que aparecem como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem. Uma avaliação mais próxima indica que, para além das advertências introdutórias sobre o caráter ideológico do discurso da imprensa, de seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietários e anunciantes, temos avançado pouco na discussão e afirmação de um repertório de procedimentos metodológicos para o seu tratamento.

No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa. Assim, por exemplo, notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são dali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período.

Consideramos importante indicar as preocupações que nos motivaram a escrever este artigo: a prática profissional de lidar com a formação de pesquisadores e professores e com os desafios do ensino e pesquisa em história, continuamente, nos levou à indagação sobre usos que os historiadores fazem da imprensa em seu trabalho no cotidiano de sua oficina e a propor contribuições para este percurso.

I. Imprensa, Capitalismo e História Social

Como indicado anteriormente, a imprensa, nas suas diversas formas contemporâneas, aparece como um artefato corriqueiro em nossa vida cotidiana. O problema é que a busca por explicações sobre o fato de a imprensa haver se tornado uma instituição central da vida moderna muito freqüentemente traduz-se numa visão da história da imprensa que procura as origens e os traços gerais de sua evolução.

Nesta versão, a história da imprensa é contada numa perspectiva linear que parece traçar uma reta de continuidade que une Gutenberg aos grandes conglomerados jornalísticos do presente. E mais: contada desse modo, a história da imprensa e dos meios de comunicação apresenta-se como momento derivado e paralelo, quando não, meramente acessório da grande história política ou social de nosso tempo.

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e da lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.³ Propomos que é no interior de um processo histórico, que a cada desafio reinventou o mercado como centro da vida social e, que sob a égide do capital costura a hegemonia burguesa sobre os modos de vida, é que se pode indagar sobre a especificidade histórica de suas diversas temporalidades: desde os impactos da prensa de Gutenberg e dos primeiros jornais modernos na formação de uma esfera civil pública nas sociedades burguesas emergentes⁴ até o processo de concentração dos meios de comunicação que vêm formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofamento do espaço público e democrático na contemporaneidade.

É claro que esta perspectiva teórica de considerar a imprensa em sua historicidade, não perdendo de vista suas articulações mais amplas com a história do capitalismo se estabelece como princípio norteador e ponto de partida da pesquisa.

Não se trata, convém repetir, de numa perspectiva linear, pensar a história da imprensa como um longo percurso em direção a um tempo mais democrático e, portanto, a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura. Metodologicamente, também não se trata de a cada análise de uma publicação específica voltar às origens ou as linhas gerais da articulação da imprensa ao processo de formação da sociedade burguesa. Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social.

II. Imprensa, Linguagem e Fonte

Como lembramos anteriormente, entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Como indica Raymond Williams em seu artigo sobre a imprensa popular inglesa, uma abordagem corrente entre nós historiadores, cientistas sociais e estudiosos da comunicação é aquela que faz da história da imprensa um campo isolado, que se referencia a si mesmo, sem buscar as conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla como, por exemplo, os movimentos políticos e sociais, as conjunturas e processos econômicos, e os movimentos e formações culturais às quais as formas históricas da imprensa se articulam de modo mais específico.⁵ Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade. Como propõe Laura Maciel trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.”⁶ Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não

só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos⁷. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico.

Indique-se também que jornais e revistas tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas.

Neste ponto interessa destacar que na configuração histórica assumida pela Imprensa, em diferentes conjunturas e com articulações históricas diversas, desde o século XIX, agindo como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social, os jornais e revistas atuam:

- No fomento á adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
- Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos, etc.;
- Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;
- Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento;
- No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade ;
- Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;
- Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas.

Os aspectos acima discriminados apontam para a abrangência do campo de ação da imprensa, afirmam a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural na sociedade moderna. Em decorrência nos advertem contra visão reducionista da imprensa como mero instrumento de comunicação e evidenciam a importância

de empreendemos a crítica ao tratamento teórico e metodológico que lhe vem sendo dado pela grande maioria das atividades pedagógicas e de pesquisa, inclusive na oficina do historiador. Percorrer o caminho inverso, aceitando o desafio de produzir uma análise que busque surpreendê-la na complexidade de suas articulações e desfazer o mito de sua objetividade, supõe uma atitude crítica frente à memória por ela instituída e fazer emergir de nossos trabalhos outras experiências, vozes e interpretações, que dêem visibilidade a outras histórias e memórias. Retomando as preocupações que nos motivaram a escrever este artigo, propomos como contribuição para este percurso uma espécie de roteiro de análise.

III Conversas sobre imprensa: desconstruindo mitos

Como indicado acima, a primeira coisa é lembrar que os materiais da imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Uma primeira lembrança é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa - um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores - sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?

Qualquer proposta de atividade de pesquisa com a imprensa - realizar o que denominamos sondagem inicial, análise preliminar ou exploratória de fontes com vistas a elaborar um projeto de pesquisa, proceder à análise mais aprofundada do conjunto documental já delimitado, fazer a escolha de referências para a redação final, - implica na observação

de alguns procedimentos articulados entre si, que, compondo um percurso de análise, não devem ser confundidos com um modelo composto por fases progressivas.

A. Identificação do Periódico

Seja na preparação de uma unidade trabalho em sala de aula, seja na definição de um tema de projeto para monografia ou TCC, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, a aproximação inicial com a imprensa pode se dado por vários caminhos. Às vezes somos atraídos por uma notícia esparsa, uma referência a um jornal ou uma revista feita por um autor ou mesmo uma indicação de um professor ou orientador.

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua *sensibilidade de leitura* frente à materialidade histórica por ela assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e a classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Já este processo inicial de identificação pode nos fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere às publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade - em nome de quem ou de quais setores fala - geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. Assim sabemos que ao assumir o título de *Jornal do Brasil* o jornal carioca, quando foi lançado, por estar falando da então capital federal, anunciava uma pretensão editorial de, ao constituir-se como porta voz da sociedade civil e articulador de questões nacionais, atingir uma repercussão em todo o país. Diferentemente, o *Diário de São Paulo*, já de início, assume falar para e na defesa dos paulistas.

Na imprensa mais especializada, as ligações entre títulos e subtítulos e o projeto editorial geralmente são mais diretas. Exemplos deste procedimento podem ser percebidos seja na imprensa operária em títulos como *A voz do Trabalhador*, *O Amigo do Povo*, *O Grito dos Pobres*, *O Trabalhador Gráfico*, *Tribuna Metalúrgica*, *O Sindiquim*; ou na imprensa feminina, *Revista Feminina*, *Mensageira*, *Cláudia*; ou na imprensa negra, *A Raça*, *Voz Da Raça*, *Fala Negão Fala Mulher*; ou ainda na de humor, *O Diabo Coxo*, *A Manha*, *A Tesoura*, entre outras. Assim também os subtítulos, na maioria das vezes trazem indicações valiosas sobre quem fala e para quem almeja falar determinada publicação - jornal dedicado ao belo sexo, jornal das famílias, jornal da construção civil, - e, também, sobre a natureza do conteúdo que pretende articular em seu projeto - folha literária, semanário

científico, noticioso e de humor, jornal de notícias. Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam.

B. O Projeto Gráfico/Editorial

Ao iniciar sua análise, folheando alguns números estratégicos do jornal ou revista, é importante atentar para a composição do projeto gráfico/editorial daquela publicação.

A análise do projeto gráfico volta-se para a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico como, por exemplo, a localização e extensão que ocupam, as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas, seus modos de articulação e expressão:

- as capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação que, por meio de “chamadas” de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões;
- partes e cadernos: propõem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos
- cadernos especiais e suplementos: indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos;
- edições comemorativas: indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias;
- seções diversas: editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, anúncios denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial;
- colunas fixas assinadas: geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas;
- manchetes, colunagem, frisos, legendas: organizam e destacam conteúdos e propõem uma maneira de ler;
- Iconografia: ilustrações, fotos, caricaturas, charges, desenhos, gráficos que, buscando traduzir a posição editorial em outra linguagem, podem reforçar, complementar, extrapolar e, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual.
- principais anunciantes, publicidade e seus espaços: indicam a articulação da publicação com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura.

Com esta primeira leitura e com a sensibilidade que estas questões encaminham, trata-se também de olhar para algumas outras dimensões da publicação, relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem, a saber:

- proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. Aqui não se trata de uma análise meramente formal que identifica nomes de proprietários e de principais anunciantes, pois entendemos que o processo de constituição de tais grupos enquanto grupos editoriais não é exterior, nem anterior ao movimento de produção do próprio periódico. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar *quem fala* e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças. Permite também refletir sobre a configuração interna de poder da empresa, relações de hierarquia, colaboração e mando entre proprietários e trabalhadores da imprensa;
- condições técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais, e serviços de apoio que remetem às condições técnicas de produção da publicação;
- tiragem, preço e formas de venda e distribuição: levam à análise sobre as formas de distribuição e ao âmbito de circulação da publicação. Aqui a análise volta-se para a discussão dos públicos leitores, espaços sociais e redes de comunicação que se constituem na atuação do periódico.

Há de se ter o cuidado de não transformar este estudo e os números sobre tiragens e preços em dados formais e quantitativos. Assim, por exemplo, se uma grande tiragem geralmente indica uma publicação com penetração significativa e forte estrutura comercial, uma tiragem menor não identifica imediatamente uma publicação com fragilidade comercial, podendo ser indício de sua especialização ou de sua atuação num âmbito social mais delimitado e restrito.

O estudo dos públicos leitores remete aos sujeitos e ao campo de sentidos, no qual atuam: leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças. Indique-se que a análise dos públicos leitores, assim concebida, não se confunde com o estudo individual do leitor ou da leitura. Indícios e pistas fornecidas pelas tiragens e formas de distribuição do jornal, se articuladas às indagações sobre as marcas da presença dos interesses, valores e perspectivas desses grupos na configuração

do projeto editorial, remetem ao diálogo constante com o universo social e ao campo de forças constituído pelo público leitor. Este diálogo ocorre num campo de pressões recíprocas: no mesmo movimento, a imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor. Este, por sua vez, constitui uma das pressões constantes a que está sujeita qualquer publicação e que, portanto, incide sobre seu projeto editorial.

- espaços de distribuição e circulação do jornal ou revista, estados, cidades, bairros, bancas, clubes de leitura, lista de assinantes, sindicatos, escolas, permitem problematizar os ambientes e usos sociais destes periódicos e as redes de comunicação que propõe e ajudam a conduzir.

B-1 Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político

No aprofundamento da compreensão do projeto editorial do periódico, isto é, no estudo de sua atuação na conjuntura trata-se de verticalizar a análise, o que implica, forçosamente, numa leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica. Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado. Trata-se de desenvolver uma *sensibilidade de leitura* que, superando a barreira da ideologia da objetividade e da imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura. Nessa perspectiva, situa-se o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes - tal jornal é liberal-conservador, o outro é populista - construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação, por vezes abarcando séculos, como é o caso da qualificação de liberal-conservador atribuída ao jornal *O Estado de São Paulo*, obstruindo a compreensão histórica dos significados de uma posição liberal-conservadora em cada momento ou conjuntura histórica das lutas sociais.

Nas conjunturas em estudo, a identificação de campanhas gerais e posições políticas defendidas pelo periódico, assim como de questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública remetem a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do momento. Trata-se, no entanto, de enfrentar a discussão sobre as mesmas, de forma articulada e simultânea, visando à apreensão do processo de intervenção da publicação naquela conjuntura. Por considerá-las dimensões articuladas da composição do projeto editorial, a indicação destas questões como aspectos da análise tem como objetivo tão somente facilitar o caminho da leitura teórico-metodológica da publicação em estudo.

Assim destacamos:

- intervenções na agenda pública - questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública indicam o movimento político e posicionamentos na conjuntura, a costura de alinhamentos sociais e políticos, a negociação de pactos, indicam também como o periódico delimita o mundo e constitui e mobiliza para uma leitura de realidade;
- campanhas gerais e posições políticas explícitas – remetem ao campo mais imediato e explícito, por vezes mais localizado e temático, das intervenções e mobilizações propostas pelo veículo.

No movimento de construção de seu projeto editorial, cabe afinal indagar de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro.

Como concebe o tempo e o periodiza? A partir de que lugar social propõe marcos, datação e calendário social? Que expectativas coloca para o tempo que virá? Indica o que deve ser preservado do passado, e o que deve ser relegado modificado ou esquecido?

IV ROTEIRO DE ANÁLISE DA IMPRENSA PERIÓDICA

Na análise de “conteúdos” os itens a seguir devem ser considerados como dimensões simultâneas e articuladas, não sendo tomados como etapas que possam sugerir hierarquização e seqüenciação.

I. Identificação do Periódico

Título:

Subtítulo:

Datas-Limites da publicação:

Periodicidade:

Classificação na Instituição:

II. Projeto Gráfico/Editorial

A. Projeto Gráfico

Propõe indagar sobre a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico; as formas de hierarquização, relacionamento e ênfase dos temas e conteúdos; a localização e extensão das seções e partes, as funções editoriais

a elas atribuídas e por elas desempenhadas assim como seus modos de articulação e expressão:

Capas e Primeiras Páginas

Partes e Cadernos

Cadernos Especiais e Suplementos

Edições Comemorativas

Seções:

Colunas Fixas e Assinadas

Iconografia: ilustrações, charges, desenhos, gráficos

Manchetes, Legendas, Colunagem e Frisos

Anúncios e Publicidade

B. Produção e Distribuição

Propõe indagar sobre algumas outras dimensões da publicação relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem. Os grupos produtores remetem às forças sociais que conduzem a publicação e suas condições de produção. A análise das referências sobre circulação e distribuição propõe a reflexão sobre públicos leitores e redes de comunicação.

B.1. Grupos Produtores

Proprietários, Diretores, redatores e colaboradores

Condições Técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais e serviços de apoio

B.2. Circulação e Distribuição

Tiragem, Preço e Formas de Venda e Distribuição

Espaços de Circulação e Distribuição

I. Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político na Conjuntura

Propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa - atenta às questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza na agenda pública - naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.

- Intervenções na Agenda Pública
- Principais Temas e Campanhas Gerais
- Posicionamentos Políticos Explícitos
- Perspectiva Histórica; Construção de Temporalidade; constituição de Sujeitos Sociais, proposta de alinhamentos e negociação de pactos políticos.

A análise proposta nos procedimentos e roteiro aqui apresentados coloca ênfase na leitura e problematização da própria publicação selecionada na pesquisa. Diferentemente de abordagens correntes na análise da imprensa que iniciam sua aproximação a estes materiais com questões exteriores à publicação, nossa proposta remete a um enfrentamento que se inicia no jornal e o tem como ponto de partida para a compreensão da conjuntura. Nos procedimentos propostos naquela visão de análise privilegiam-se indagações e explicações formuladas fora do jornal ou revista, remetendo a um contexto pronto, que lhes é anterior e exterior ou que se apresenta como pano de fundo da análise da publicação. Neste movimento concretiza-se, nos procedimentos metodológicos, a postura teórica que faz da imprensa um momento derivado, expressão ou reflexo de uma realidade já dada.

Ao iniciarmos a análise pela publicação, propõe-se justamente apreender seu espaço de articulação na configuração de uma determinada conjuntura e os fios que a remetem para outras dimensões e que constituem a historicidade daquele tempo - a historicidade da publicação e da conjuntura simultaneamente. O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa. Fontes como a legislação geral sobre direitos de comunicação e expressão, sobre propriedade e controle dos meios de comunicação, sobre classificação de conteúdos, censura, direito de imagem e responsabilidade editorial além de ajudar a ampliar a visibilidade dos fatores que compõem a cena histórica, podem, é claro, ajudar a aprofundar a compreensão da atuação do jornal ou revista. Como indica Darnton, o primeiro espaço de constituição e diálogo de uma publicação é o próprio campo da imprensa, no qual o órgão tece alianças, enfrenta disputas e constitui identidade⁸. Assim o recurso a outras publicações da imprensa periódica - outros jornais da grande imprensa quando a análise recai sobre um órgão da grande imprensa, ou de campos que lhe fazem oposição, neste caso, por exemplo, a imprensa alternativa ou sindical - constitui referências para a percepção do campo maior das disputas e da rede de comunicação no interior da qual aquela publicação atua.

Como indicou Williams anteriormente, não se pode fazer da história da imprensa um campo isolado, que se referencia a si mesmo.⁹ Em cada caso é a problemática de pesquisa que sugere a busca das conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla. Não se trata de em qualquer tema e a cada momento propor uma análise que esgote todos os aspectos da realidade daquele tempo. Não se trata, pois, de querer saber tudo sobre tudo, ou tudo sobre alguma coisa. Na busca do aprofundamento da análise da conjuntura, a ampliação do corpo documental da pesquisa para outras fontes possibilita o diálogo com outras forças e práticas sociais do período em estudo.

A escolha de qual direção aprofundar na pesquisa - se mais diretamente a configuração do sistema político e partidário, se a dinâmica dos movimentos sociais, ou se os movimentos alternativos da cultura, ou as políticas econômicas e as relações internacionais - depende da problemática construída pelo pesquisador no percurso de toda a investigação desde a delimitação do projeto até a redação dos resultados.

O repertório de procedimentos aqui proposto têm preferencialmente em foco as publicações da chamada grande imprensa, - jornais, revistas e outros - que quase sempre têm fortes estruturas empresariais, grandes tiragens e visibilidade pública. Não se trata, no entanto, de reforçar posições difundidas no campo da história da Imprensa que privilegia quase que exclusivamente o estudo da chamada grande imprensa, e que neste movimento ignora, desqualifica ou secundariza o estudo da imprensa que não é grande.

A compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também em reconhecer o hegemônico com um processo em movimento o qual põe em causa a disputa em torno do popular. O campo da cultura é visto por Stuart Hall como o campo privilegiado de disputas, no qual a hegemonia burguesa se constitui, por essa razão, espaço privilegiado para tratar os limites dos conceitos de “cultura” e de “popular”. Depois de desconstruir o conceito pejorativo de “popular”, segundo o qual as classes populares aparecem passivas, facilmente manipuláveis ou, ainda, segundo o qual práticas e objetos são “populares” no sentido de que as massas os realizam, assimilam, consomem, Hall rejeita, igualmente, a noção de cultura popular como manifestações puras ou autênticas de uma tradição que sobrevive e da qual o povo é guardião. Associado ao termo cultura, o adjetivo popular refere-se à aliança de classes e de forças que constituem o campo dos oprimidos. Constituir-se em força contra o bloco no poder é, para o autor, a abertura histórica pela qual se pode constituir uma cultura genuinamente popular. Nesse caso o que conta, na perspectiva do autor, é a luta de classes na cultura ou em torno dela. Trata-se de buscar entender o processo por meio do qual as relações de dominação e subordinação - mutáveis e irregulares - são articuladas.¹⁰

Nesse caso, são aspectos da cultura popular os periódicos feitos por grupos ou classes que, *apesar* da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com sua própria linguagem, e, desse modo se constituem como sujeitos. A imprensa que não é grande - local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical - articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais. Ao lidar com estes procedimentos sugerimos que sejam articulados à problemática proposta e às formas históricas da imprensa no interior do campo de luta social no qual se engendram, seja ela a grande imprensa, a imprensa local ou regional, ou imprensa popular.

As perspectivas, teórica e política, que nos situam no tempo histórico do presente, têm como horizonte a crítica às versões autorizadas e o desafio de trazer à cena histórica a articulação de “*outras histórias*” que encontram nesse campo da imprensa espaço privilegiado para sua construção. Enfim, como já dissemos em outra ocasião:

trata-se de afirmar que o debate historiográfico que propomos deverá produzir memórias, dotando-as da mesma força do esquecimento ao qual estiveram relegadas, e dotar sua interpretação histórica de possibilidades de transformação deste presente no sentido da realização da utopia.¹¹

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

*

**

¹ Parecer do CNE/CES 492/2001.

² Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Graduação e História. MEC. 1998.

³ Para o desenvolvimento da perspectiva que concebe a imprensa no interior da história social como prática social ativa tem sido de grande importância as propostas dos trabalhos reunidos na coletânea *Revolução Impressa: A Imprensa na França 1775-1800*, organizada por Daniel Roche e Robert Darton. Logo na introdução da coletânea Darton enfatiza esta concepção quando propõe discutir a imprensa como ingrediente e força ativa na história na luta pelo domínio da opinião pública.

⁴ JURGEN, Habermans. *Mudança Estrutural da Esfera Publica: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁵ RAYMOND, Williams. The Press and Popular Culture: na historical perspective. In BOYCE, G, CURRAN, J. e WINGATE, P. (orgs). *Newspaper History*. London: Constable, 1978. Traduzido para este número da revista.

⁶ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d'água, 2004. Pág.15.

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo:

EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado, 2000.

⁸ DARTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver especialmente o capítulo5 “Jornalismo: toda notícia que couber agente publica”. Pp. 70/97.

⁹ WILLIAMS, Raymond. Op. cit..

¹⁰ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

¹¹ FENELON, Déa Ribeiro et alli. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'água, 2000. P.3.